

## CONSTITUINTE

ANC

## Líder do governo quer "pacto político" para definir mandato

O líder da maioria e do governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna, defendeu ontem no Palácio do Planalto, onde esteve com o presidente José Sarney, a formação de um pacto político entre os constituintes para que seja definida logo a questão da duração do mandato do presidente José Sarney.

O deputado Carlos Sant'Anna explicou que é favorável que o mandato do presidente seja definido antes do tempo "Constituinte", ou seja, de maneira mais rápida, antes da votação de nova Carta, da forma "política", alegando que isso será importante para o momento da negociação da dívida externa e das dificuldades econômicas no campo interno.

"Agora, não pode ser um pacto de cúpula não", explicou o líder Carlos Sant'Anna. Pessoalmente, ele disse que lutará pelo mandato de seis anos para o presidente Sarney, de acordo com o que está escrito na Constituição que está em vigor.

## ULYSSES QUER 5 ANOS

O mandato do presidente José Sarney começará a ser definido, na próxima semana, quando da instalação das subcomissões constitucionais. O anúncio foi feito ontem pelo presidente



Carlos Sant'Anna

da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), que informou que a subcomissão do executivo, após um entendimento entre os partidos, encaminhará o assunto.

De sua parte, Ulysses Guimarães afirmou que vem conversando com os partidos, principalmente, com os integrantes da Aliança Democrática. O presidente da Constituinte disse ainda que está convencido de que o mandato presidencial de cinco anos é o que se ajusta melhor à realidade brasileira, desde 1930.

Ulysses Guimarães lembrou ainda — "que para evitar dúvidas" — que o mandato do presidente na atual Constituição é de seis anos e que, portanto, deve

## "Negociação com Sarney"

O ministro da Administração, Aluzio Alves, defendeu hoje nesta capital a tese de um acordo político para a fixação do mandato do presidente José Sarney. Ressaltou porém que esse acordo teria que ser feito também com o próprio presidente da República.

Para Aluzio Alves, o tempo ideal de mandato para o presidente da República é de cinco anos, "mas na atual Constituição esse mandato está fixado em seis anos, e para sua redução teria que haver a concordância do presidente Sarney".

Para o ministro da Administração, "o povo deve estar um pouco perplexo com as divergências e as dificuldades dos primeiros dias da Constituinte". São naturais, diz ele, porque "em 1946 nós levamos três meses para fixar o regi-

mento. Desta vez, foi muito mais rápido. Naquele tempo, era muito mais fácil; hoje, seria muito mais difícil. Hoje, já há uma consciência política mais ampla". Aluzio Alves entende que é preciso que o povo e a imprensa não vejam crise em tudo e a cada momento. "Há uma divergência entre um líder; e outro, na imprensa se anuncia uma crise, porque a imprensa passou vinte anos sem poder anunciar nada, porque nós tivemos vinte anos num regime de opressão, de medo", disse ele.

Ele lembrou que "na democracia é assim mesmo, tudo é discutido, é divergido, é combatido. Dorme-se com uma solução, acorda-se com outra solução e, no final, sempre prevalece uma opinião média", concluiu.

ficar estabelecido no capítulo das disposições transitórias da Constituinte.

A encampação da tese do mandato de cinco anos, agora defendida por Ulysses, é segundo ele representado pela média das opiniões. Anteriormente, o presidente da Constituinte era favorável a um mandato de quatro anos. Ulysses explicou a mudança de opinião verificando a tendên-

cia pelo mandato de cinco anos entre os constituintes.

Outro aspecto ressaltado pelo deputado Ulysses Guimarães é que a definição da duração do mandato do presidente José Sarney, é com relação ao tratamento e à negociação da dívida externa. No plano interno, Ulysses considera a definição igualmente importante para a estabilização política do País.

## Aprovação do regimento apressa formação das comissões e da mesa

por Francisca Stella Fagó de Brasília

A aprovação do texto definitivo do regimento interno da Constituinte, prevista para amanhã, desencadeará rapidamente o desfecho de um intenso processo de negociações sobre a composição das comissões.

Desde o início da semana passada, os partidos avaliam internamente como distribuir seus membros entre as oito comissões temáticas e a Comissão de Sistematização. Desde ontem, os líderes partidários começaram a reunir-se para discutir a distribuição dos cargos mais cobiçados, os de presidente e relator de comissão.

Também amanhã, serão eleitos os membros da mesa da Constituinte e do líder do PMDB na Constituinte, uma disputa polarizada entre o senador Mário Covas (PMDB-SP) e o deputado Luiz Henrique, o líder do partido na Câmara.

Por enquanto, de acordo com as lideranças partidárias, a única certeza quanto à mesa é que ela será presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Constituinte. Mas um acordo firmado entre o PMDB e o PFL já definiu em grandes linhas a composição dos demais cargos. A primeira

vice-presidência da mesa caberá ao PFL, provavelmente ao deputado Humberto Souto; a segunda vice será do PMDB, que deverá indicar um senador, possivelmente Mauro Benévêdes. A grande disputa pelos cargos da mesa deverá ser pela primeira secretaria, para a qual concorrem três candidatos: os deputados Maurílio Ferreira Lima, Marcelo Cordeiro e José Tavares.

No início da noite de ontem, os líderes do PMDB e do PFL na Câmara, Luiz Henrique e José Lourenço, reuniram-se para fazer o primeiro balanço das preferências dos dois mais numerosos partidos da Constituinte. Ambos declararam que deverão facilmente chegar ao entendimento. Mas é grande a disputa pelos cargos de presidente e de relator das comissões.

Há também um número muito maior de parlamentares dos dois partidos que não abrem mão de sua participação na Comissão de Sistematização do que os 63 membros previstos no regimento interno para sua composição. Esta questão está restrita à solução no âmbito de cada partido, porque a representação das comissões é proporcional ao número de representantes de cada partido.

## Igreja prepara seu esquema de mobilização

Agora que a Assembléia Nacional Constituinte vai começar a preparar o projeto da futura Constituição, a partir das comissões e subcomissões, a Igreja vai montar um esquema de mobilização popular nos estados, com uma articulação entre as comissões Justiça e Paz regionais e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A reunião para definir esse trabalho será realizada quarta e quinta-feira, com vinte representantes regionais e a Comissão de Acompanhamento à Constituinte da CNBB.

Nessa mobilização estarão incluídos contatos diretos com os parlamentares nos estados, articulação da Igreja com outros grupos e entidades a nível estadual, até mesmo participação em campanhas específicas sobre temas debatidos na Constituinte e formas de coletar assinaturas para propostas à Constituição, informou a Agência Globo. Os representantes das comissões Justiça e Paz vão reunir-se com alguns par-

lamentares no primeiro dia do encontro, para uma avaliação das "tendências, avanços e recuos e perspectivas" da Assembléia Constituinte. E também assistirão a uma sessão plenária da Constituinte.

Hoje a CNBB enviou novo convite aos 559 constituintes para uma reunião com 12 bispos no próximo dia 25.

Essa reunião deveria ter sido realizada no mês passado, mas foi adiada porque no dia e hora marcados a Assembléia Constituinte estava reunida para votar o regimento interno.

No boletim sobre a Constituinte divulgado ontem, a CNBB avalia a repercussão da utilização de tropas militares, para conter ameaças de greve dos petroleiros, sobre a Assembléia Constituinte. Para a entidade, isto é "um fato ameaçador para uma Assembléia Nacional Constituinte que se propõe a reaver as questões da soberania e da participação popular".